

INIMIGOS DE SALAZAR

Irene Flunser Pimentel

INIMIGOS DE SALAZAR



Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.
Reprodução proibida por todos e quaisquer meios.

Por vontade expressa do autor, a presente edição não segue a grafia do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

© 2018, Irene Flunser Pimentel
Direitos para esta edição:
© Clube do Autor, S. A.
Avenida António Augusto de Aguiar, 108 – 6.º
1050-019 Lisboa, Portugal
Tel. 21 414 93 00 / Fax: 21 414 17 21
info@clubedoautor.pt

Título: *Inimigos de Salazar*
Autor: Irene Flunser Pimentel
Revisão: Silvina de Sousa
Paginação: Gráfica 99
em caracteres Palatino
Impressão e acabamento: Cafilesa – Soluções Gráficas, Lda. (Portugal)

ISBN: 978-989-724-397-4
Depósito legal: 438 260/18

www.clubedoautor.pt

ÍNDICE

Nota Prévía	11
I. Em busca de uma «identidade colectiva» (1910-1927)	13
O Integralismo Lusitano • A união do Grande Oriente Lusitano Unido • A ascensão do nacionalismo • A Carbonária • A fundação do Partido Comunista • A Maçonaria • O grupo da Seara Nova • Sinel de Cordes • O 28 de Maio • O primeiro opositor da ditadura • A revolta de 1927	
II. A ascensão do nacionalismo salazarista (1928-1933)	67
Cunha Leal, o inimigo pessoal • Os Sindicatos • O Revirvalho e as revoltas republicanas • A revolta da Madeira • Greves e manifestações estudantis • Os «Budás» e a Aliança Republicana-Socialista • 26 de Agosto de 1931 • A consolidação do Estado Novo	
III. A luta antifascista contra o Estado Novo (1934-1939)	115
Os camisas-azuis • A revolta de Mendes Norton • Norton de Matos e a Maçonaria • A revolta dos marinheiros • Frente Popular Portuguesa • A Resistência Anarco-Sindicalista • A intentona de Paiva Couceiro • A caça aos comunistas • O movimento neo-realista • Da Revolução ao Exílio: Rodrigues Lapa, Adolfo Casais Monteiro, Agostinho da Silva, Jorge de Sena, Jaime Cortesão, Henrique Galvão	
IV. A II Guerra Mundial e a ilusão da democracia (1940-1949)	171
A ascensão de Álvaro Cunhal • O Movimento de Unidade Nacional Antifascista • O Movimento de Unidade Democrática • António Sér- gio e a Frente Socialista • Mendes Cabeçadas e a Junta Militar • Maria Barroso e Zeca Afonso: as vozes revolucionárias nos palcos • A movi- mentação estudantil • O Julgamento dos 108 • Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949	

V. O isolamento das oposições (1950-1958)	231
<p>A «conspiração da Rua da Assunção» • Os indesejáveis intelectuais • A Oposição Católica e Monárquica • Decreto n.º 40.900 • A União Indiana • O Movimento Popular de Libertação de Angola • A luta dos trabalhadores rurais • Humberto Delgado: a esperança defraudada das eleições de 1958</p>	
VI. «Trancas à porta» e revolta nas colónias (1959-1962)	283
<p>O escândalo político do bispo do Porto • A conspiração da Sé • As inimizadas do clero colonial • Amílcar Cabral e o movimento inde- pendentista • O assalto ao <i>Santa Maria</i> • O golpe de Júlio Botelho Moniz • O primeiro desvio de um avião comercial • O Golpe de Beja • Juventude, rebeldia e resistência</p>	
VII. A Guerra Colonial e caso Humberto Delgado (1963-1966) ...	339
<p>Os desertores da Guerra Colonial • O Papa Paulo VI e a indignação católica • Agostinho Neto e Eduardo Chivambo • A Frente Patriótica de Libertação Nacional • A Acção Socialista Portuguesa de Mário Soa- res • A Frente de Acção Popular • O assassinato de Humberto Delgado</p>	
VIII. O Outono do «Patriarca» (1967-1966)	385
<p>O escândalo do <i>ballet rose</i> • O «progressismo» católico • O «grupo de Mário Soares»: a oposição impacienta-se • Greves e protestos laborais • Palma Inácio e Camilo Mortágua: a Liga de Unidade e Acção Revo- lucionária • O fim de uma época</p>	
Em jeito de conclusão	417
Siglas	431
Cronologia	441
Índice onomástico	465
Bibliografia	471

NOTA PRÉVIA

Este livro, que pretende ser útil a professores de História e a todos os interessados em conhecer o recente passado português, aproveita a investigação feita para estudos anteriores, quer sobre a polícia política da ditadura de Salazar, quer sobre a resistência e a oposição a esse regime. Dessa forma, tanto se baseia nos meus livros *A História da PIDE*, de 2007, como na *História da Oposição à Ditadura*, de 2013, pretendendo constituir uma síntese, de modo a surgir como um manual de consulta, dando centralidade às principais figuras da oposição que arriscaram a liberdade, o trabalho e até a vida para se erguerem contra Salazar.

Trata-se assim de uma história de pessoas, que se tornaram mais ou menos personalidades, e da sua actividade política levada a cabo em ditadura, na clandestinidade, na cadeia, na deportação e no exílio. A longa ditadura que vigorou em Portugal começou logo em 1926, com o derrube da I República, através de um golpe de Estado das Forças Armadas, que iniciou então uma Ditadura Militar. No entanto, recuar-se-á na cronologia para apresentar os homens e as – poucas – mulheres em presença, que se ergueram politicamente contra esse regime, muito marcados, positivamente ou negativamente pelos acontecimentos a partir de 1910.

O livro cobre depois o período da Ditadura Nacional, com a ascensão de António de Oliveira Salazar, a partir da tomada de posse da pasta das Finanças, em 1928, o qual progressivamente foi dominando os governos militares, até ser chamado em 1932 à chefia do Governo, pelo presidente da República Óscar Carmona.

A partir de então, e sobretudo de 1933, o novo presidente do Conselho aproveitou para erguer um regime de novo tipo: civil, corporativo, nacionalista e autoritário – o Estado Novo.

Ver-se-á assim que quer a Ditadura Militar/Nacional quer o Estado Novo tiveram de combater diversas forças da oposição, num período que foi tudo menos pacífico. Se a Ditadura Militar teve de se confrontar com sublevações republicanas reviralhistas, com o anarcossindicalismo revolucionário e com um incipiente Partido Comunista, já Salazar, logo em 1934, erigiu este partido e o comunismo como seus inimigos principais.

Embora ao longo dos anos surgissem novas gerações de pessoas que integraram a oposição e resistência ao regime, os comunistas permaneceram como os adversários principais de Salazar, até 1968. Esta baliza cronológica encerra o livro, pois foi então que Salazar foi substituído por Marcelo Caetano na Presidência do Conselho de Ministros, por razões de saúde que o inabilitaram a nível político, antes de morrer dois anos depois. No entanto, a cronologia será sucintamente estendida até 1974, pois só apenas então, em 25 de Abril, a ditadura portuguesa viria a ser derrubada, não por acaso também por um golpe de Estado militar, após treze anos de aparentemente interminável guerra colonial.

Capítulo I

EM BUSCA DE UMA «IDENTIDADE COLECTIVA» (1910-1927)

**O Integralismo Lusitano • A união do Grande Oriente Lusitano Unido
• A ascensão do nacionalismo • A Carbonária • A fundação do Partido
Comunista • A Maçonaria • O grupo da *Seara Nova* • Sinel de Cordes
• O 28 de Maio • O primeiro opositor da ditadura • A revolta de 1927**

Nos anos vinte e trinta do século xx, em Portugal, entre o final da I República e o início da Ditadura Militar, duas ou três gerações intervieram culturalmente, intelectualmente, socialmente e politicamente. Entre esses homens e poucas mulheres, nascidos nos últimos decénios do século xix, alguns eram católicos, outros ateus. Politicamente, uns eram conservadores, militantes católicos e/ou integralistas e monárquicos, enquanto outros eram republicanos, maçons, esquerdistas, seareiros, anarquistas, socialistas ou comunistas. Muitos actuaram já durante a I República, enquanto outros começaram a ter expressão política num período em que este regime foi derrubado por um golpe militar e em que gradualmente a ditadura – «Ditadura Nacional», a partir de 1931 – se transformou no Estado Novo civil, ditatorial, de António de Oliveira Salazar, que chegou à chefia do Governo no ano seguinte, em 1932.

António Sardinha e o Integralismo Lusitano

Na mesma geração incluíram-se Fernando Pessoa, António Sardinha, Francisco da Cunha Leal e Manuel Gonçalves Cerejeira,

todos nascidos em 1888, bem como António de Oliveira Salazar, um ano mais novo. Diogo Pacheco de Amorim, um amigo de Cerejeira e Salazar dos tempos de Coimbra, descreveu os estudantes universitários da anterior geração à sua como politicamente «avançados»¹. Observou, todavia, que depois cada geração entretanto recém-chegada aos bancos da Universidade passaria a ser maioritariamente «tradicionalista desde a infância, espontaneamente»². Com efeito, sucedendo à geração dos Vencidos da Vida da geração de setenta (do século XIX), a de Cerejeira e Salazar era «naturalmente» católica desde o berço e à direita do espectro político, estruturando-se, nos anos dez do século XX, no Centro Académico da Democracia Cristã (CADC) e no Centro Católico Português (CCP) (1917-1926) de Coimbra. Por isso lhe chamavam «Católica».

Pacheco de Amorim deu o título *Geração Nova* a um livro publicado em 1918, à semelhança, aliás, de António Sardinha (1887-1925). Este também qualificou de «nova» a sua geração, enquanto um dos jovens da «Católica», Manuel Gonçalves Cerejeira, a caracterizou de «moça, confiante no futuro e forte na fé», assinalando que ela havia desabrochado em 1912, quando fora dado «ao catolicismo um ambiente político, literário e filosófico admiravelmente favorável ao desenvolvimento da fé católica»³. A geração das «direitas», cujos membros eram jovens adultos em 1910 e actuaram após um período em que a I República foi derrubada por um golpe militar, esteve depois na origem do processo de gestação de um novo regime político que iria vingar em Portugal a partir de meados dos anos vinte do século XX.

Entre os seus elementos, destacavam-se tanto os jovens «da Católica», que pretendiam recristianizar a pátria, como os

¹ *A Nova Geração*, Coimbra, França & Arménio Editores, 1918.

² Vítor Manuel Pinto Silva Matos, *A Primeira Vida de Manuel Gonçalves Cerejeira, 1888-1928. A Reconquista*, dissertação de mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988 (policopiado), pp. 79-80.

³ J. Seabra, António Rafael Amaro e João Paulo Avelãs Nunes, *O CADC de Coimbra, a Democracia Cristã e os Inícios do Estado Novo*, Lisboa, Colibri, 2001, pp. 67, 86 e 95.

integrados no Integralismo Lusitano (IL), que queriam reconstruir a nação sob o signo da cruz de Cristo⁴. Sendo católicos, muitos deles eram monárquicos, enquanto outros não discutiam a questão do regime. Detestavam, porém, a Monarquia constitucional e também não sentiam qualquer atracção pela República, declarando-se culturalmente em ruptura tanto com o racionalismo kantiano como com o positivismo comtiano. Em luta contra o pessimismo e o realismo da geração anterior, através da qual teria chegado «o estúpido século XIX», conforme a expressão do francês Léon Daudet, Cerejeira, Salazar e os seus companheiros católicos, embora conservadores e tradicionalistas, afirmaram-se «modernos»⁵.

Revelando aversão à lei de separação de 1911⁶ e marcados pela I Guerra Mundial, bem como pelos acontecimentos de Fátima, pretendiam criar um «homem novo», através da recristianização de Portugal, e politicamente, pela recusa tanto do parlamentarismo e do anticlericalismo republicanos como da «escravização» da Igreja pela Monarquia constitucional, que teria sentado essa instituição à mesa do Orçamento. Quanto ao IL, fundado em 1913 na Bélgica por exilados portugueses que haviam participado na segunda incursão monárquica de Paiva Couceiro (1861-1944), tinha sido Luís de Almeida Braga o autor do nome desse grupo, apoiado, no ano seguinte, por jovens que se reuniam na Figueira da Foz, entre os quais se contaram António Sardinha, Hipólito Raposo, José Pequito Rebelo, Francisco Rolão Preto e Alberto Monsaraz.

Assumindo-se como uma corrente política e filosófica antiliberal, anti-republicana e contra-revolucionária, o movimento integralista defendia a restauração de uma monarquia unida com a

⁴ José Manuel Quintas, «António Sérgio – “integralistas e seareiros são anticonservadores”», excerto de um apontamento publicado em *Forum* «unica semper avis», 15 de Março de 2002, blogue Regimes e políticos contemporâneos. Leituras e debates historiográficos, 13-12-2008 (http://www.angelfire.com/pq/unica/forum_arquivo_5_regimes_contemporaneos.htm), acedido em 4/6/2010.

⁵ Vítor Silva Matos, *op. cit.*, p. 86.

⁶ Decreto de 20 de Abril de 1911 (Lei da Separação entre a Igreja e o Estado).

Igreja Católica. No entanto, ao contrário de outros monárquicos e católicos, retendiam a implantação de um regime novo, baseado no municipalismo, no corporativismo, no poder pessoal de um chefe e no princípio da autoridade do Estado face à liberdade do cidadão⁷. Influenciado pelas obras de Charles Maurras e Léon Daudet, o IL pugnava por um nacionalismo baseado no «valor da raça» (Sardinha), constituindo como «uma ideologia de enraizamento no sangue e no solo, à qual se juntava uma reinvenção da tradição nacional monárquica do Altar e do Trono»⁸.

A origem de muitos dos seus elementos era, contudo, muito diversa. Inicialmente republicano e ateu, bem como participante na greve estudantil de 1907, em Coimbra, escola de luta de muitos elementos da sua geração, Alfredo Pimenta fora chefe de gabinete de um ministro da República, em 1910, e membro do Partido Evolucionista, para o qual redigiria os estatutos, em 1912. Converter-se-ia depois ao catolicismo e tornar-se-ia monárquico e integralista, apoiando Sidónio Pais em 1918. Manter-se-ia posteriormente fiel a D. Manuel II⁹, distinguindo-se dessa forma de outros integralistas, que viriam a participar nas incursões da Monarquia do Norte e na revolta de Monsanto.

Ao contrário de Pimenta, que não participaria nas aventuras monárquicas de 1919 e que viria a romper com o IL por discordar do apoio dado por este à causa legitimista¹⁰, José Pequito Rebelo e Alberto Monsaraz foram feridos em combate, enquanto António Sardinha, outro dos fundadores do IL, teve depois de se exilar em Espanha. Republicano, em 1910, Sardinha tornou-se integralista e monárquico manuelista, em 1915; monárquico miguelista, em 1920; e monárquico sem rei, três anos depois. Em 1915, um ano

⁷ Miguel Real, «Anticomunismo», *Dança dos Demónios, Intolerância em Portugal*, coord. António Marujo, José Eduardo Franco, Lisboa, Temas & Debates/ Círculo de Leitores, 2009, pp. 535-581.

⁸ Ernesto Castro Leal, «Antiliberalismo», *Dança dos Demónios, Intolerância em Portugal*, pp. 485-534.

⁹ Salazar e Alfredo Pimenta, *Correspondência 1931-1950*, prefácio de Manuel Braga da Cruz, Lisboa, Editorial Verbo, 2008, pp. 5-7.

¹⁰ Ernesto Castro Leal, *op. cit.*, pp. 485-534.

antes de o IL se constituir em organização política, António Sardinha publicara a obra *O Valor da Raça*, na qual era reabilitada a Inquisição, por ter pretensamente impedido «os judeus de tentar dominar Portugal», e condenada a «miscigenação», só impedida pela «cerrada higiene étnica dos formidáveis inquisidores»¹¹.

O elogio ao Santo Ofício viria a ser repetido por ele, noutro opúsculo de 1917, em que condenou o marquês de Pombal por ter eliminado a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos, preparando assim «os judeus para o assalto do Estado». Estes eram acusados de terem dado a mão a Junot nas invasões francesas e apoiado a Maçonaria, bem como acedido «à posse do Estado», em 5 de Outubro de 1910, momento em que a República correspondera «à substituição violenta dum facto étnico por outro», ao constituir o triunfo dos judeus sobre a monarquia antiga dos «godos»¹².

Mais tarde, em 1925, no opúsculo *Ao Ritmo da Ampulheta*, continuava a amalgamar o republicanismo liberal com a Maçonaria e o judaísmo, pedindo a Deus que salvasse Portugal da «sociedade de judeus, de cocainómanos e de banqueiros». Para António Sardinha, a «salvação» surgiria com o golpe de Estado que, em 28 de Maio de 1926, derrubou a I República. Três anos depois, provavelmente para se defender das críticas dos adeptos de Charles Maurras que o acusavam de «mania rácica», Sardinha abandonaria a tónica racista, esclarecendo que o «judaísmo» era «mais um facto moral e económico do que, estritamente, um facto étnico e confessional»¹³.

Por outro lado, era sobretudo a «invasão nigerista», provocada pelos «Descobrimientos», e não o judaísmo, que os integralistas erigiam como perigo principal para a pureza da «raça» portuguesa. O anti-semitismo não foi, assim, um factor central no pensamento do IL, surgindo antes como fundamento económico e

¹¹ António Sardinha, *O Valor da Raça, Introdução a Uma Campanha Nacional*, Lisboa, Almeida, Miranda e Sousa eds., 1915.

¹² «As duas raças», in *Durante a Fogueira. Páginas de Guerra*, Lisboa, 1917, pp. 133-40.

¹³ *Purgatório das Ideias*, Lisboa, Livraria Férrin, 1929, p. 164.

moral, aparentemente importado de França. No entanto, outros integralistas como Pequito Rebelo (1892-1983) e Hipólito Raposo (1885-1953) continuaram depois a utilizar os mesmos argumentos de António Sardinha, identificando os judeus com os inimigos maçons e republicanos.

Magalhães Lima e o Grande Oriente Lusitano Unido

Quanto à presença da Maçonaria em Portugal, a primeira loja tinha sido introduzida em Lisboa por comerciantes britânicos protestantes, no segundo quartel do século XVIII, mas apenas havia começado a ser alvo da repressão estatal em 1799. Com o triunfo do liberalismo, em 1834, muitos maçons tinham ascendido ao poder, mas, em 1852, o Estado monárquico liberal tornou «ilícitas» as «associações secretas». Em 1869, as várias famílias maçónicas – contando com quinhentos «irmãos», associados em 36 lojas –, tanto de obediência francesa como inglesa, chegaram a um acordo de união, integrando o Grande Oriente Lusitano Unido (GOL), seguidor da tendência do Grande Oriente de França.

Identificando-se com o laicismo e o republicanismo, o GOL associou-se ao Partido Republicano Português (PRP), mas, quatro anos depois, as divergências levariam novamente à desunião entre os pedreiros-livres. A maioria dos elementos do Supremo Conselho do Grau 33 acabaria por cindir do GOL e constituir o Grémio Luso-Escocês (GLE), que congregou cerca de um terço dos maçons portugueses (1500)¹⁴.

Instituída a República em Portugal, os maçons confundiram-se com os políticos republicanos de todas as tendências, nomeadamente com o PRP, mais tarde Partido Democrático (PD). Em 14 de Maio de 1915, o GOL participaria na revolução que derrubou o general Pimenta de Castro e, no Ministério que se seguiu

¹⁴ Rui Ramos, «Antimaçonismo», *Dança dos Demónios, Intolerância em Portugal*, pp. 349 e 376-378.

à ditadura deste último, tanto o grão-mestre como o seu adjunto, Sebastião de Magalhães Lima e José de Castro, foram respectivamente nomeados ministro da Instrução e chefe do Governo. Politicamente mais à direita, o GLE apoiaria Sidónio Pais, enquanto, identificado com o radicalismo republicano, o GOL era então perseguido e a sede do Grémio Lusitano destruída pelos sidonistas, em 8 de Dezembro de 1918. O assassinio do presidente da República, no dia 14, chegaria depois a ser moralmente atribuído ao grão-mestre do GOL, Magalhães Lima, que foi detido¹⁵.

No início dos anos vinte do século xx, o grão-mestre adjunto do GOL e chefe do PRP-PD, António Maria da Silva, foi chefe do Governo por seis vezes, mas as ameaças ao regime republicano, crescentes a partir de 1925, levaram a maioria dos maçons a unir-se novamente numa única organização – o GOL –, em Março do ano seguinte. Dois meses depois, sobreveio o golpe militar de 28 de Maio de 1926, que não atingiu de imediato a Maçonaria, à qual pertenciam muitos dos chefes do movimento, entre os quais se contava o general Óscar Fragoso Carmona, futuro presidente da República. Pelo contrário, outros pedreiros-livres juntar-se-iam à oposição ao novo regime, participando nomeadamente na revolta de Fevereiro de 1927, no Porto e em Lisboa.

Em 7 de Dezembro de 1928, morreria o grão-mestre Magalhães Lima, registando-se distúrbios violentos e caindo a repressão de forças da GNR, da PSP e do Exército sobre os acompanhantes do cortejo funerário à saída do Cemitério dos Prazeres, em Lisboa. Magalhães Lima viria a ser substituído na chefia da Maçonaria, por António José de Almeida, que por pouco tempo sobreviveria ao seu antecessor, falecendo em 31 de Outubro de 1929. Sucedeu-lhe o general Norton de Matos, num período em que o GOL já era sistematicamente perseguido. Na noite de 16 de Abril de 1930, o Grémio Lusitano viria a ser novamente assaltado, levando à prisão dos maçons civis que ali se encontravam. O Grémio Lusitano encerrou provisoriamente as portas, enquanto a chefia do

¹⁵ *Idem, ibidem*, pp. 401-402.

GOL profetizava «uma longa época de marasmo, de inércia forçada, de desânimo e de tristeza», situação que viria a confirmar-se no ano de todas as revoltas, em 1931¹⁶.

Henri Bergson e a ascensão do nacionalismo

Outro grupo de integralistas, monárquico-sindicalistas, reunidos em torno de Francisco Rolão Preto, estabeleceu relações próximas com o fascizante Nacionalismo Lusitano (NL), existente de 1922 a 1925, sob a liderança de João de Castro Osório, filho da feminista Ana de Castro Osório. O caminho destes jovens divergiu também do dos conservadores monárquicos à volta de Aires de Ornelas, com o qual o IL cortou relações, em 1917, acusando-o de anglofilia e de pretender a restauração de D. Manuel e da Carta Constitucional. Na sequência do Pacto Dinástico de Paris, de 17 de Abril de 1922, através do qual os monárquicos constitucionistas e legitimistas reconheceram como rei de Portugal D. Manuel II, o IL suspenderia a actividade da sua Junta Central¹⁷.

Esta voltaria contudo a estar activa a partir da denúncia desse Pacto, em Paris, em Novembro de 1926. Enquanto o sector monárquico, que continuava a reconhecer D. Manuel II, se reformulara em torno da Acção Tradicionalista Portuguesa (ATP), de 1924 a 1926, a actividade do IL centrou-se nos núcleos académicos em Lisboa, Porto e Coimbra, em redor da revista quinzenal *Política*, em 1929 e 1930. Posteriormente, Alberto Pimenta fundaria e dirigiria a Acção Realista Portuguesa (ARP), também distanciado do monarquismo liberal da Causa Monárquica (CM), de Aires Ornelas, em torno do seu órgão *Correio da Manhã*. Entretanto, ao enveredar por uma evolução fora do monarquismo, António Sardinha redefinira, na segunda série de *A Nação Portuguesa*, iniciada em Julho

¹⁶ Cristina Faria, «A contestação à ditadura militar. Lutas Estudantis de 1927 a 1931», *História*, ano xx, nova série, n.ºs 4/5, Julho/Agosto de 1998, pp. 38-49.

¹⁷ Rui Ramos, «A Segunda Fundação (1890-1926)», *História de Portugal*, dir. José Mattoso, volume vi, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 546.